

Governo monta maior "lobby" da Constituinte

Rodolfo Fernandes

Brasília — Assim que foram abertas as urnas de 15 de novembro e apurados os resultados das eleições parlamentares, descobriu-se a existência de diversos lobbies que estavam preparados para influir na Constituinte. Ninguém se deu conta que o maior de todos os lobbies já está instalado em Brasília há muito tempo, com dezenas de escritórios e mais de uma centena de funcionários. É o do próprio governo. Que terá mais interesses colocados em jogo do que qualquer outra entidade.

Enquanto o Palácio do Planalto está organizando um esquema de acompanhamento de cada uma das milhares de emendas que serão apresentadas durante a Constituinte, cada Ministério prepara-se para defender com unhas e dentes os seus interesses específicos. Do lobby conjunto das Forças Armadas ao lobby permanente da reserva de mercado que colocará frente a frente os governos estaduais e o governo federal pela divisão da arrecadação tributária à guerra que continuarão travando defensores e adversários da reforma agrária, todo mundo está metendo a sua colher para dividir o bolo da futura Constituição.

Reforma tributária

Desse emaranhado de interesses, o governo já está em condições de avaliar qual a batalha que mais paixões suscitará. Não será a duração do mandato do presidente Sarney ou a opção do parlamentarismo contra o presidencialismo e muito menos a existência ou não de medidas de emergência como o estado de sítio. Numa projeção do que será a Constituinte, importantes gabinetes da Esplanada dos Ministérios trabalham com uma idéia: será a reforma tributária o grande fator de arremetimento durante a Constituinte. Pode-se dizer que esse será o grande lobby do Poder Executivo.

A Constituinte ainda nem começou e só se fala de reforma tributária. Os prefeitos só falam disso, os governadores também. Eles não querem nem esperar. A última reunião de governadores veio confirmar a existência desse lobby — analisa um assessor do governo.

A previsão de que a reforma tributária será o tema mais discutido na Constituinte baseia-se no fato de que com a sub-divisão dos assuntos não haverá a existência de grandes blocos organizados. O bloco dos defensores da privatização, por exemplo, que será liderado pelo deputado Affif Domingos (PDS-SP), segundo avalia o governo, não ultrapassará os 50 membros. É certo que eles tentarão influenciar outros 300, mas, organizados, não serão mais do que 50 mesmo. Assim como a privatização, outros assuntos não escaparão desse esquema.

Para o governo, contudo, a reforma tributária está escorada no apoio conjunto dos 23 governadores. E é o único tema a conseguir essa unanimidade. Cada um dos executivos estaduais controla, no mínimo 30% de sua bancada, sendo que alguns conseguem mobilizar todos os parlamentares de seu partido. A esse grupo soma-se os que pretendem se candidatar a prefeito no ano que vem, calculados pelo governo em 10% dos congressistas. Por aí, espera-se enfrentar um bloco compacto de mais de 300 parlamentares organizados em torno do lema "reforma tributária, já".

É claro que para enfrentar uma multidão como essa querendo tirar recursos do governo para reparti-los em outros orçamentos, os ministérios da Fazenda e do Planejamento superam quaisquer divergências que possa existir entre Dílson Funaro e João Sayad. Se os prefeitos pediram uma participação de 30% no orçamento da União e os estados querem 40%, a União ficaria com quanto? É essa a pergunta que atormenta o governo.

— Esse é o grande jogo da Constituinte. E ele já começou — firma esse assessor do governo.

Frota Pequena

Em outros cantos a organização é a mesma. As Forças Armadas dizem que acompanharão a Constituinte, "mas sem fazer nenhum lobby", conforme explica a assessoria parlamentar do ministro do Exército. Mas o tradicional esquema de convidar parlamentares para "tomar um cafezinho com o Ministro" tem funcionado muito bem nessa área. Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) trabalham unindo suas forças, pois estão na mesma guerra contra os que querem reduzir a importância dos militares na Constituição.

O ex-deputado Aírton Soares (PMDB-SP) é um deles. Convidado para chefiar o Departamento de Acompanhamento da Constituinte do Ministério da Justiça, é provável que Soares não ocupe o cargo e vá trabalhar na UNB (Universidade de Brasília). Ele já tem um extenso volume de idéias contra o lobby das Forças Armadas junto à Constituinte e pretende se dedicar a isso prioritariamente.

Os militares não escondem, nos seus contatos com os políticos, que temem a redução de espaço que a Constituinte possa lhes dedicar. Se em 20 anos de governos os militares têm queixas quanto à dimensão desse espaço, naturalmente esperam com pessimismo os resultados da manifestação do poder civil. Na terça-feira, num encontro com o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, a quem foi presentear com um livro sobre embarcações dado pelo ministro Henrique Sabóia, o assessor parlamentar da Marinha, comandante Luiz Pau-

lo Reguffe, desabafou sua inquietação: "Veja, doutor Ulysses, que antigamente o Brasil tinha a segunda maior frota do mundo e hoje tem a quinta da América do Sul. Isso não pode continuar."

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem organizando reuniões desde o ano passado para trabalhar pela defesa da reserva de mercado da área de informática durante a Constituinte. Com apoio do MCT, o INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais) editou um livro com as idéias que o setor de informática quer ver defendidas por seus parlamentares a partir de fevereiro. Nesse trabalho está engajado todo o setor progressista do PMDB, sob a liderança da deputada Cristina Tavares (PE) e do senador Severo Gomes (SP).

Apesar de tentarem, poucos órgãos do governo conseguiram estabelecer uma organização como a que o Ministério da Reforma Agrária implantou para a Constituinte. Foi feito um convênio com o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) para uma assessoria de advogados e sociólogos quando a questão fundiária for debatida. Além disso, logo no mês de fevereiro será organizado um seminário com palestras do ministro Dante de Oliveira, do presidente do INCRA, de diretores técnicos, sociólogos, juristas e economistas para dar a verdadeira situação agrária no Brasil.

O Ministério da Reforma Agrária detectou que a grande maioria dos constituintes foi eleita em bases urbanas e não tem contato direto com o problema da terra. Além disso, há, no país, um completo desconhecimento da legislação agrária, dos direitos de posse, dos números da concentração fundiária. Esse seminário não se destinará apenas aos que já têm posição a favor da reforma agrária. Poderão ser convidados deputados como o paulista Roberto Cardoso Alves (PMDB), tido como o grande inimigo da reforma agrária no país.

Ao lado dos lobbies específicos de cada Ministério, haverá um grande lobby político organizado pelo Ministério da Justiça. Isso até já começou, com a "Missão Brossard", que nada mais é do que lobby do Palácio do Planalto junto aos governadores. O Ministério da Justiça possui um departamento inteiro para cuidar dos interesses legislativos do governo, ao contrário dos outros Ministérios, que trabalham com uma média de cinco pessoas em cada assessoria parlamentar.

Para chefiar esse departamento durante a Constituinte, o ministro Brossard pensou em recrutar três dos mais experientes parlamentares do PMDB, especialistas em regimento no Congresso e com trânsito em outros setores do governo: Aírton Soares (SP), João Gilberto (RS) e Flávio Bierrembach (SP) poderão fazer esse serviço.



Brasília — Ana Carolina Fernandes

Hargreaves está sempre atento a tudo

Hargreaves, o olho do Planalto no Congresso

Brasília — "Nada acontece na Câmara sem o meu conhecimento". O autor dessa frase não trabalha no SNI nem utiliza os serviços do general Ivan de Souza Mendes, mas é através dele que o Palácio do Planalto acompanha todas as ações parlamentares, se movimenta para obstruir os projetos que não lhe interessam e apressa os que quer ver rapidamente aprovados. Henrique Hargreaves, 51 anos, formado em Economia, Administração e Direito, do alto dos seus 24 anos de experiência em assessoria na Câmara dos Deputados, é o olho do governo no Congresso — e um olho muito atento, que somente no ano passado deu parecer para mais de cinco mil projetos.

Durante a Constituinte o papel da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, que ele dirige a convite do ministro Marco Maciel desde o ano passado, será valorizado em função da necessidade que o governo terá de acompanhar todas as propostas apresentadas — e calcula-se que no mínimo dez mil emendas serão oferecidas à Constituição. Controlando apenas 39 funcionários, é possível que a partir do próximo mês Henrique Hargreaves não possa mais jogar futebol com outros funcionários do Gabinete Civil às quartas-feiras no próprio Palácio do Planalto. E talvez nem tenha tempo para almoçar no restaurante A Caminho do Natural, de comida integral, como costuma fazer.

Ter Hargreaves a favor é um trunfo importante para o PMDB na Constituinte, pois enfrentá-lo como adversário em batalhas regimentais no Congresso nunca melhorou a biografia de ninguém. "O Hargreaves conhece o funcionamento da Câmara melhor do que qualquer deputado", atesta o ombudsman Fernando César Mesquita que, como jornalista, se acostumou a consultá-lo em qualquer apuro. Em 1982, na votação da extinção da sublegenda para governador, Hargreaves trabalhava na liderança do PDS, e enfrentou a maior batalha regimental desses anos todos. O governo queria a qualquer custo manter a sublegenda, o que obrigou Hargreaves, em sucessivas manobras, a segurar uma sessão do Congresso durante treze horas, para desespero da oposição. Em outro embate com o PMDB, teve que sentar na máquina de escrever e redigir um parecer para o governo em apenas dois minutos, sem chances de errar. Sua pressão arterial nessa hora, estava em 18, o que o tornava candidato certo a um infarte.

Na sua mesa, no quarto andar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves tem, de um lado, os retratos dos falecidos deputados Cantídio Sampaio e Bonifácio de Andrada, que lideraram a Arena nos governos militares e, de outro, um terminal de computador ligado diretamente no Senado Federal. Em sua casa instalou um outro microcomputador onde armazena dados sobre todos os 485 deputados e 72 senadores que integrarão a Constituinte. Tendência política, votação, posição na bancada, entre outras informações formam o mais preciso cadastro sobre os parlamentares e ajudarão o governo e não ser surpreendido ao longo deste ano.

— Vamos fazer um acompanhamento normal da Constituinte, sem grandes inovações em relação ao que fazemos no dia-a-dia do Congresso. A diferença é que vamos ter mais trabalho. Mas isso não me assusta. Perto do que eu já tive que enfrentar, não vai ter mistério — garante.